



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680192 - RJ (2021/0219386-7)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : PATRICIA PROETTI ESTEVES E OUTRO
ADVOGADOS : PATRÍCIA PROETTI ESTEVES - RJ083387
TAYNA DUARTE PEREIRA - RJ201762
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : DHEIVERSON SANTOS DO AMORIM ALVES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DHEIVERSON SANTOS DO AMORIM ALVES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (*Habeas corpus* n. 0029403-77.2021.8.19.0000).

O paciente foi preso em flagrante no dia 5 de agosto de 2.018. A prisão foi convertida em preventiva e o acusado pronunciado pela prática, em tese, do crime descrito no artigo 121, § 2º, V, quatro vezes, e artigo 121, c/c artigo 14, II, todos na forma do artigo 18, 1, parte final, do Código Penal, e artigo 306 do CTB.

Os impetrantes sustentam que (fl. 7):

(...) além da ilegalidade caracterizada pelo excesso de prazo, ainda que considerássemos uma suposta condenação do Paciente nos moldes imputados pelo parquet, este, unicamente pelo tempo de prisão preventiva, já faria jus a progressão ao regime semiaberto, menos gravoso do que o atual, bem como somado seu cumprimento à remição de pena a que faz jus em razão dos projetos de ressocialização que participa, já estaria próximo a obter livramento condicional. Ademais, os depoimentos testemunhais expressamente afirmam que jamais agiu com o intuito de criar óbice à instrução processual e o extenso lapso temporal retirou por completo a contemporaneidade de quaisquer motivo autorizador de sua prisão, que sequer fora analisado casuisticamente na manutenção de sua prisão, pelo juízo de piso, ou na denegação da ordem, pelo Tribunal de origem.

Requerem, liminarmente, concessão da ordem para que o seja relaxada a prisão preventiva do paciente. No mérito, pugnam pela confirmação da ordem com a declaração de revogação da custódia.

É, no essencial, o relatório. Decido.

No caso, o Tribunal impetrado denegou a ordem em acórdão assim ementado (fl. 22):

HABEAS CORPUS. PRISÃO EM FLAGRANTE. ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL POR EXCESSO DE PRAZO DA CUSTÓDIA E AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO QUE DECRETOU A PRISÃO PREVENTIVA. Paciente preso preventivamente e pronunciado em razão da prática, em tese, do crime descrito no artigo 121, § 2º, V, quatro vezes, e artigo 121, c/c artigo 14, II, todos na forma do artigo 18, 1, parte final, do Código Penal, e artigo 306 do CTB. Os elementos trazidos a estes autos indicam a existência do *fumus comissi delicti* e o *periculum libertatis*. Requisitos de ordem objetiva e subjetiva que autorizaram a decretação da medida extrema já discutida em outros três *habeas corpus* anteriores. A questão acerca da duração excessiva da prisão cautelar há de ser examinada à luz do caso concreto. O ordenamento adotou a teoria do não prazo. O prazo previsto na Lei 12.850/13 serve unicamente como parâmetro, mas não é peremptório, devendo ser cotejado com os elementos que permeiam o caso concreto. Ademais, a referida lei não tem aplicabilidade no caso concreto. A sentença de pronúncia já foi proferida e as peculiaridades do processo e a atual situação de pandemia que assola todo o planeta justificam o tempo de tramitação do processo. Certo é que desde a prisão do paciente a marcha do processo não sofreu qualquer interrupção por força da inércia ou da negligência da autoridade judiciária ou da acusação pública. Constrangimento ilegal não configurado. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. DENEGAÇÃO DA ORDEM.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente